

2021 • 3 EDIÇÃO

LIÇÕES DE
DIREITO
PRO
CESSUAL
CIVIL

CARLOSHENRIQUE SOARES





Belo Horizonte **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Carlos Henrique Soares

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
Diagramação Enzo Zaqueu Prates

Catálogo na Publicação (CIP)

S676 Soares, Carlos Henrique
 Lições de direito processual civil / Carlos Henrique Soares. - 3. ed. - Belo Horizonte, São
 Paulo : D'Plácido, 2021.
 916 p.

ISBN 978-65-5589-143-0

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDDir: 341.46

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Sumário

1. Direito e Processo 21
1.1. Direito material e direito Processual...21
1.2. Teoria geral do processo civil....	...22
1.3. Estado democrático de Direito.....	...23
2. Fontes do direito processual...	27
2.1. Lei processual...	27
2.2. Costumes, doutrina e jurisprudência	28
2.3. Enunciado de súmula...	28
2.4. Precedentes judiciais	31
3. Técnicas de resolução de conflitos35
3.1. Autotutela	35
3.2. Autocomposição (conciliação)...	37
3.3. Heterocomposição (mediação)	... 37
3.3.1. Conciliação e mediação na legislação processual brasileira...	38
3.4. Heterocomposição (Arbitragem)45
3.4.1. Arbitragem na legislação processual brasileira	...47
3.5. Jurisdição	...58
3.6. Processo	62
4. Teorias do processo	63
4.1. Teoria do processo como contrato...	63

4.2. Teoria do processo como quase-contrato	64
4.3. Teoria do processo como relação jurídica	64
4.4. Teoria do processo como situação jurídica	69
4.5. Teoria do processo como instituição	72
4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório	73
4.7. Teoria do processo constitucional	76
4.8. Teoria neoinstitucionalista do processo	79
5. Normas fundamentais do processo civil	81
5.1. Estado democrático de direito e processo	81
5.2. Acesso à jurisdição	86
5.3. Inércia procedimental e jurisdicional	91
5.4. Métodos alternativos de resolução de conflitos	92
5.5. Duração razoável do processo	94
5.6. Primazia da decisão de mérito	101
5.7. Lealdade processual	102
5.8. Contraditório	109
5.9. Ampla defesa	112
5.10. Isonomia	115
5.11. Devido processo legal	116
5.12. Cooperação processual	118
5.13. Fundamentações das decisões jurisdicionais	121
5.14. Ponderação nas decisões judiciais	124
5.15. Publicidade	125
5.16. Influência e vedação de decisão-surpresa	126
5.17. Duplo grau de jurisdição	128
5.18. Ordem cronológica de julgamento	132
5.19. Oralidade	133
5.20. Informalismo	133
6. Decisão Justa	135
6.1. Kelsen e a “decisão justa” – uma questão de validade	135
6.2. Dworkin e a “decisão justa” – uma questão de integridade	140
6.3. Rawls e a “decisão justa” – uma questão de equidade	148

6.4. Habermas e “decisão justa” – uma questão de legitimidade	153
6.5. Teoria processual da decisão jurídica – Rosemiro Pereira Leal	163
7. Ativismo judicial	169
8. Garantismo processual	173
9. Norma processual	179
9.1. Conceito	179
9.2. Lei processual no tempo	180
9.3. Lei processual no espaço	180
9.4. Interpretação da lei processual	181
10. Ação e direito-de-ação	183
10.1. Teoria imanentista ou civilista da ação	186
10.2. Teoria da ação como direito autônomo	186
10.3. Teoria da ação como direito concreto	187
10.4. Teoria da ação como direito abstrato	187
10.5. Teoria da ação como direito potestativo	188
10.6. Teoria do direito de ação de Fazzalari	189
10.7. Teoria eclética da ação de Liebman	190
10.8. Teoria da ação como procedimento	191
10.9. Direito constitucional ao direito-de-ação	192
10.10. Elementos configurativos do procedimento (ação)	194
10.11. Elementos estruturais do procedimento (ação)	195
10.11.1. Matéria de processo (pressupostos processuais)	195
10.11.2. Matéria de ação (condições da ação)	199
10.12. Matéria de mérito	202
10.13. Convalidação e não convalidação das matérias de processo e de ação	203
11. Jurisdição	205
11.1. Juiz	205
11.2. Normas constitucionais jurisdicionais	206

11.3. Requisitos para o exercício da atividade jurisdicional	209
11.4. Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição	212
11.5. Atividades incompatíveis com a função jurisdicional	214
11.6. Deveres do juiz	215
11.7. Funções jurisdicionais	217
11.8. Pronunciamentos jurisdicionais	221
11.9. Responsabilidade em razão da atividade jurisdicional	224
11.10. Atividade jurisdicional e crime de abuso de autoridade	225
11.11. Impedimento e suspeição do juiz	232
12. Competência	243
12.1. Conceito	243
12.2. Limites da jurisdição brasileira	244
12.3. Cooperação nacional e internacional	247
12.4. Competência interna	252
12.5. Modificação da competência	267
12.6. Incompetência do juízo	270
12.7. Conflito de competência	272
13. Sujeitos processuais	277
13.1. Juiz	277
13.2. Partes	279
13.2.1. Conceito de partes	279
13.2.2. Capacidade para ser	282
13.2.3. Representação e assistência da parte	282
13.2.4. Legitimidade e interesse	287
13.2.5. Direitos e deveres das partes	288
13.2.6. Responsabilidade processual e litigância de má-fé	293
13.2.7. Sucessão das partes	296
13.2.8. Gratuidade de Justiça	299
13.2.9. Litisconsórcio	308
13.3. Advogados	316
13.3.1. Breves considerações	316
13.3.2. Procuração	327

13.3.3. Capacidade postulatória 329
13.3.4. Direitos e deveres do advogado	.. 333
13.3.5. Sucessão dos procuradores	336
13.3.6. Defensoria Pública	339
13.4. Ministério Público.	345
13.5. Terceiros e hipóteses de intervenção 355
13.5.1. Assistência	357
13.5.2. Denúnciação da lide	..363
13.5.3. Chamamento ao processo.....	..367
13.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica	369
13.5.5. <i>Amicus Curiae</i>	377
13.6. Auxiliares do juízo 381
13.6.1. Escrivão ou chefe de secretária	381
13.6.2. ●ficial de justiça	382
13.6.3. Perito...	...383
13.6.4. Depositário e administrador...384
13.6.5. Intérprete ou tradutor 385
13.6.6. Conciliadores e mediadores	385
14. Atos Processuais.	391
14.1. Informalismo dos atos processuais	..392
14.2. Publicidade dos atos processuais ...	393
14.3. Uso obrigatório do vernáculo 395
14.4. Convenções processuais 395
14.5. Meios de expressão dos atos processuais	..400
14.6. Prática eletrônica dos atos processuais	400
14.7. Atos das partes	406
14.8. Atos do juiz...	..407
14.9. Atos dos auxiliares do juízo 408
14.10. Tempo e lugar dos atos processuais	..410
14.11. Prazos...	...413
14.12. Comunicação dos atos processuais	..422
14.13. Nulidades processuais	426

15. Processo de conhecimento	431
15.1. Procedimento comum e procedimentos especiais	431
15.2. Escolha do procedimento	438
15.3. Formação, suspensão e resolução do procedimento	438
15.3.1. Formação do procedimento	439
15.3.2. Suspensão do procedimento	442
15.3.3. Resolução do procedimento	452
15.3.3.1. Extinção do procedimento com a resolução do mérito	453
15.3.3.2. Extinção do procedimento sem a resolução do mérito	456
15.4. Primazia da decisão de mérito	466
16. Fase postulatória	469
16.1. Petição inicial	469
16.1.1. Deferimento da petição inicial	478
16.1.2. Emenda da petição inicial	479
16.1.3. Indeferimento da petição inicial	480
16.1.4. Julgamento liminar de improcedência	481
16.2. Tutelas	484
16.2.1. Conceito	484
16.2.2. Espécies de tutelas provisórias	484
16.2.3. Requisitos para a concessão das tutelas provisórias	485
16.2.4. Tutela provisória liminar	486
16.2.5. Momentos para se requerer a tutela provisória de urgência	487
16.2.6. Poder geral de cautela	489
16.2.7. Características das tutelas provisórias	490
16.2.8. Cumprimento das tutelas provisórias	492
16.2.9. Fundamentação das decisões em tutelas provisórias	494
16.2.10. Legitimidade para as tutelas provisórias	495
16.2.11. Competência	496
16.2.12. Tutela provisória de urgência	496
16.2.12.1. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	500

16.2.12.2. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente	503
16.2.13. Tutela provisória da evidência ..	504
16.2.13.1. Breves considerações	504
16.2.13.2. Tutela da evidência - conceito ..	505
16.2.13.3. Características da tutela da evidência	507
16.2.13.4. Hipóteses legais para deferimento da tutela da evidência	508
16.3. Citação e intimações...	511
16.4. Audiência de conciliação ou de mediação	520
16.5. Manifestações do réu ...	527
16.5.1. Reconhecimento da procedência do pedido	529
16.5.2. Requerimento para limitação do litisconsórcio facultativo	530
16.5.3. Contestação	531
16.5.4. Reconvenção ..	549
16.5.5. Arguição de impedimento ou suspeição do juiz...	553
16.6. Revelia	556
16.7. Atividades judiciais após a manifestação do réu (providências preliminares)...	561
16.8. Julgamento conforme o estado do processo ...	564
17. Fase do saneamento e da organização do processo	569
18. Fase probatória...	579
18.1. Conceito de prova..	579
18.2. Valoração e valorização da prova ..	581
18.3. Evolução dos sistemas de provas	581
18.4. Verdade formal e verdade real	582
18.5. Verdade, prova e processo constitucional	585
18.6. Meios de prova e objeto de prova	587
18.7. Regras processuais sobre a prova	588
18.8. Fases lógicas do procedimento da prova ...	592
18.9. Prova emprestada	593
18.10. Ônus de prova.	594

18.11. Fatos que independem de prova	596
18.12. Interpretação dos elementos de prova ..	596
18.13. Destinatário da prova	598
18.14. Prova da existência de legislação	599
18.15. Produção de prova por carta precatória, rogatória ou auxílio direito	599
18.16. Dever de colaboração .	600
18.17. Momento de produção de prova .	601
18.18. Produção antecipada de prova	601
18.19. Ata Notarial...	608
18.20. Provas em espécie	609
18.20.1. Depoimento pessoal	610
18.20.2. Confissão	613
18.20.3. Exibição de documento ou coisa	616
18.20.4. Prova documental	620
18.20.5. Prova testemunhal...	646
18.20.6. Prova pericial	664
18.20.7. Inspeção judicial	675
19. Audiências	679
19.1. Audiência de conciliação e mediação	680
19.2. Audiência de justificação...	680
19.3. Audiência de saneamento e organização do processo .	681
19.4. Audiência de instrução e julgamento...	682
20. Fase decisória	691
20.1. Conceito de sentença .	691
20.2. Classificação das sentenças .	695
20.3. Elementos essenciais da sentença ...	697
20.4. Sentença terminativa	697
20.5. Sentença definitiva	701
20.6. Primazia da sentença de mérito	703
20.7. Fundamentação das decisões judiciais	704
20.8. Ponderação nas decisões judiciais	709

20.9. Sentença líquida e ilíquida ..	710
20.10. Sentença e pedido ..	711
20.11. Sentença e publicidade	712
20.12. Sentença e hipoteca judiciária	712
20.13. Sentença e duplo grau de jurisdição obrigatório	713
20.14. Sentença cominatórias ..	714
20.15. Sentença com emissão de declaração de vontade	717
21. Preclusão e coisa Julgada	19
21.1. Preclusão...	719
21.2. Coisa Julgada	721
21.3. Limites objetivos da coisa julgada..	743
21.4. Limites subjetivos da coisa julgada...	743
21.5. Efeito preclusivo da decisão	743
21.6. Eficácia preclusiva da coisa julgada	744
21.7. Não fazem coisa julgada	744
22. Processo de conhecimento: procedimentos especia	747
22.1. Considerações gerais..	747
22.2. Ação e procedimento: distinções	748
22.3. Procedimentos especiais contenciosos e voluntários	749
22.4. Procedimento comum e procedimentos especiais	750
22.5. Princípio da subsidiariedade	751
22.6. Procedimentos especiais contenciosos ..	751
22.6.1. Procedimento de consignação em pagamento	752
22.6.1.1. Conceito ..	752
22.6.1.2. Cabimento...	752
22.6.1.3. Legitimidade..	753
22.6.1.4. Competência	754
22.6.1.5. Procedimento extrajudicial de consignação em pagamento.	754
22.6.1.6. Procedimento judicial de consignação em pagamento..	755
22.6.1.7. Cumulação de pedidos na consignação em pagamento	760

22.6.1.8. Particularidades do procedimento judicial760
22.6.2. Procedimento de exigir contas..	762
22.6.2.1. Conceito. 762
22.6.2.2. Legitimidade763
22.6.2.3. Competência 763
22.6.2.4. Procedimento de exigir contas764
22.6.3. Procedimento possessório	768
22.6.3.1. Conceito de posse e sua classificação768
22.6.3.2. Aquisição da posse771
22.6.3.3. Efeitos da posse 772
22.6.3.4. Perda da posse774
22.6.3.5. Turbação e esbulho ..	775
22.6.3.6. Fungibilidade da proteção possessória775
22.6.3.7. Características do procedimento possessório776
22.6.3.8. Legitimidade778
22.6.3.9. Competência	779
22.6.3.10. Procedimento possessório (manutenção e reintegração de posse)...	779
22.6.3.11. Interdito proibitório 783
22.6.4. Procedimento de demarcação e divisão de terras particulares..	784
22.6.4.1. Conceito784
22.6.4.2. Fases do procedimento demarcatório e divisório	786
22.6.4.3. Legitimidade	787
22.6.4.4. Competência 787
22.6.4.5. Cumulação de pedido demarcatório com pedido divisório788
22.6.4.6. Demarcação e divisão de terras extrajudicial	789
22.6.4.7. Procedimento judicial de demarcação de terras judicial 789
22.6.4.8. Procedimento de divisão de terras judicial	794
22.6.5. Procedimento de dissolução parcial de sociedade.	797
22.6.5.1. Considerações iniciais sobre as sociedades empresárias	797
22.6.6. Dissolução da sociedade empresária...799
22.6.6.1. Conceito....799

22.6.6.2. Dissolução parcial de sociedade empresária	800
22.6.6.3. Legitimidade ativa e passiva para a ação de dissolução parcial...	800
22.6.6.4. Competência	801
22.6.6.5. Procedimento	801
22.6.7. Inventário e partilha	804
22.6.7.1. Conceito...	804
22.6.7.2. Conceito de inventário e partilha	804
22.6.7.3. Modalidades de inventário	805
22.6.7.4. Inventário extrajudicial...	805
22.6.7.5. Prazo para abertura do inventário	808
22.6.7.6. Inventário Judicial (contencioso ou voluntário)	808
22.6.7.7. Competência	810
22.6.7.8. Legitimidade para requerer o inventário..	810
22.6.7.9. Inventariante	811
22.6.7.10. Primeiras declarações	812
22.6.7.11. Citações..	814
22.6.7.12. Impugnações...	814
22.6.7.13. Avaliação e cálculo do imposto.	815
22.6.7.14. Últimas declarações	816
22.6.7.15. Colação	817
22.6.7.16. Renúncia ou exclusão da herança..	818
22.6.7.17. Pagamento das	818
22.6.7.18. Partilha	819
22.6.7.19. Arrolamento...	821
22.6.7.20. Disposições comuns	823
22.6.8. Procedimento de embargos de terceiro	824
22.6.8.1. Conceito	824
22.6.8.2. Terceiro	825
22.6.8.3. Legitimidade..	826
22.6.8.4. Competência	831
22.6.8.5. Momento para o ajuizamento dos embargos de terceiros.	832
22.6.8.6. Procedimento dos embargos de terceiros..	832

22.6.9. Procedimento da oposição	836
22.6.10. Procedimento da habilitação	841
22.6.11. Procedimento para resolução de questões de família	843
22.6.11.1. Considerações iniciais	843
22.6.11.2. Conciliação e mediação	
22.6.11.3. Competência	846
22.6.11.4. Legitimidade	847
22.6.11.5. Formas de resolução de conflitos	848
22.6.11.6. Procedimento extrajudicial de resolução de conflitos da família	849
22.6.11.7. Procedimento judicial de resolução de conflitos da família	849
22.6.12. Procedimento monitorio	853
22.6.12.1. Conceito	853
22.6.12.2. Requisitos para instauração do procedimento monitorio	853
22.6.12.3. Legitimidade	855
22.6.12.4. Competência	855
22.6.12.5. Procedimento	855
22.6.12.6. Procedimento monitorio contra a fazenda pública	861
22.6.13. Procedimento para homologação do penhor legal	862
22.6.13.1. Conceito	862
22.6.13.2. Legitimidade	863
22.6.13.3. Competência	863
22.6.13.4. Procedimento	863
22.6.14. Procedimento para regulação da avaria grossa	864
22.6.14.1. Conceito de avaria grossa	864
22.6.14.2. Competência	866
22.6.14.3. Legitimidade	867
22.6.14.4. Procedimento	867
22.6.15. Procedimento para restauração de autos	868
22.6.15.1. Conceito	868
22.6.15.2. Legitimidade	869
22.6.15.3. Competência	869
22.6.15.4. Procedimento	869

22.7. Procedimentos especiais voluntários.....	870
22.7.1. Procedimento de notificação e interpelação.....	871
22.7.2. Procedimento de alienação judicial.....	873
22.7.3. Procedimento de divórcio, separação consensual, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens e matrimônio.....	874
22.7.4. Procedimento de abertura de testamentos e codicilos.....	879
22.7.5. Procedimento da herança jacente.....	880
22.7.6. Procedimento para arrecadação de bens dos ausentes.....	883
22.7.7. Procedimento de arrecadação de coisas vagas.....	887
22.7.8. Procedimento de interdição.....	888
22.7.8.1. Procedimento de tomada decisão apoiada.....	893
22.7.8.2. Disposições comuns à tutela e à curatela.....	895
22.7.9. Procedimento de organização e fiscalização de fundações.....	896
22.7.10. Procedimento de ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	897

Referências.....	899
-------------------------	------------